

Compra/ Multi Livros
RUSP/06.1.18659.01.0
15/11/2006 R\$21,00

32
RUSP
5. ed.

Copyright 1999 © Ana Fani Alessandri Carlos
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Coleção
Caminhos da Geografia
Preparação de originais
Sandra Garcia
Revisão
Márcio Guimarães de Araújo
Capa
Antônio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos caminhos da geografia / Ana Fani Alessandri Carlos
(organizadora). 5. ed. - São Paulo: Contexto, 2005. - (Caminhos da
Geografia).

Vários autores.
ISBN 85-7244-106-9

1. Geografia. 2. Geografia - Estudo e ensino. 3. Geografia
- Pesquisa. I. Carlos, Ana Fani Alessandri. II. Série.

99-0802

CDD-910.7

Índices para catálogo sistemático:
1. Geografia: Pesquisa 910.7

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*
Rua Acopiara, 199 - Alto da Lapa
05083-110 - São Paulo - SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

2005

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.



Glória. 10 cópias

REGIÃO E GEOGRAFIA. A NOÇÃO DE REGIÃO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Sandra Lencioni*

INTRODUÇÃO

A palavra região torna os geógrafos prisioneiros de um problema complexo, pois tem sentidos variados. É uma palavra de uso corrente e, como às vezes ocorre com o discurso geográfico, se exprime por metáforas, a exemplo da expressão "região que trava-lha". Uma outra dificuldade decorre do fato de a palavra região assumir, frequentemente, um caráter ideológico, na medida em que serve de referência para a construção de mistificações geográficas, tornando-se, por isso, um instrumento de manipulação política.

A palavra região está presente no conhecimento elaborado desde a Antigüidade, caracterizado por inventários e pela intimidade entre o sagrado, o mítico e o real. Essa palavra aparece com destaque nos estudos sobre as diferenças e os contrastes da superfície da Terra, que foi denominado, pelos gregos, de estudo corográfico.

Aos gregos podemos creditar a primeira regionalização concebida com algum método. Quem primeiro traçou um mapa-múndi e procedeu a uma regionalização da Terra foi Hecateu de Mileto (550-475 a.C.), divulgando a regionalização de Pitágoras, na qual as cinco zonas climáticas da Terra corresponderiam a uma zona tór-

* Professora livre-docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

rida, uma temperada, duas frias e, ainda, uma zona tropical. Mas é em Estrabão (63 a.C.-25 d.C.) que encontramos o marco inaugural da geografia regional. Seus recortes não são feitos a partir de parâmetros geométricos — embora considerasse a geometria o fundamento da geografia —, mas são estabelecidos segundo a composição territorial das civilizações¹.

Dentre as contribuições para o desenvolvimento da geografia regional, gostaríamos de destacar Al-Idrisi, século XII, que, seguindo a divisão do mundo de Ptolomeu, elaborada com parâmetro no clima, criou uma divisão mais detalhada da Terra, expressa em 70 regiões, tendo procedido à descrição de cada uma delas, ilustrando-as com um mapa. Mas foi com Bernhard Varenius, no século XVII, que o conhecimento geográfico assumiu a distinção entre geografia geral e geografia especial, esta última com o sentido de geografia regional.

PERSPECTIVAS DIVERSAS NO ESTUDO REGIONAL

O pensamento científico moderno, inspirado na filosofia iluminista e no idealismo alemão, revolucionou a forma de analisar e interpretar a natureza e a sociedade. O conhecimento geográfico se conformou como ciência no momento em que — sob a inspiração iluminista, com sua visão de mundo assentada na razão e na experimentação — buscou a formulação de teorias e conceitos gerais que possibilitaram a construção de generalizações e abstrações. Com a perspectiva idealista questionando a razão infinita e demonstrando seus limites, valorizou-se o particular.²

O avanço dos estudos geográficos, centrando-se, ora na análise dos fenômenos da natureza, ora nos aspectos que interessam à sociedade, conduziu a uma tendência à separação da geografia como ciência da natureza ou como ciência do homem. Assim, a própria evolução da ciência geográfica acabou por comprometer a particularidade de seu campo de conhecimento fundado na análise da unidade dos aspectos físicos e humanos da realidade.

A solução para essa cisão da disciplina e, conseqüentemente, para a perda de sua identidade, veio por meio do estudo regional. Ele possibilitava combinar o procedimento metodológico de análise das relações causais e de construção de leis gerais, bastante pertinentes ao estudo dos fenômenos naturais, com a perspectiva que não buscava construir generalizações, bastante presentes na busca da compreensão dos aspectos da vida social e cultural. Desse modo, o espectro da cisão da disciplina e o comprometimento de sua identidade se resolviam pelo estudo regional que tentava relacionar os fenômenos físicos e humanos de uma dada área. Por isso é que se consagraram os estudos regionais como a alternativa de manutenção da unidade da disciplina geográfica.

Foi com Paul Vidal de La Blache (1845-1918), um pensador do possível, ou seja, das inúmeras possibilidades que o homem tem diante da vida, que a geografia regional alcançou grande desenvolvimento. Para ele, a ciência geográfica deveria observar e compreender a singularidade dos lugares. Seu objetivo deveria ser o de compreender o único, mais do que indagar por um conceito que o definisse. Por isso não encontramos em La Blache uma definição de região.

Compartilhando a mesma visão de Friedrich Ratzel em relação à visão de homem e de natureza, como constituintes de uma unidade, não como opostos, afirmou que a “síntese regional... é o objetivo último da tarefa do geógrafo, o único terreno sobre o qual ele encontra a si mesmo”³. O ponto de vista de La Blache era que a região podia ser objetivamente distinguida na paisagem e que os homens têm consciência da existência das regiões à medida que constroem identidades regionais.

Contudo, as monografias regionais acabaram construindo uma geografia que destacava o caráter único de cada estudo regional, sem preocupação com o estabelecimento de leis e princípios gerais no conhecimento da realidade. Portanto, acabou comprometendo o *status* científico da disciplina e conduzindo a um novo impasse teórico: a dicotomia entre geografia regional e geografia geral.

Esse impasse tinha como cenário a consciência social de que o mundo não era um todo harmônico; pelo contrário, era fragmenta-

do e em tensão permanente, na qual a barbárie dos tempos modernos emerge. A revolução técnica, comprometendo um dos primeiros conceitos geográficos, o de ecúmeno e anecúmeno, conduziu à percepção da natureza como coisa, como objeto manipulável. Pensar o mundo como um todo orgânico, como um organismo vivo, cedeu lugar a pensá-lo, mais e mais, como sendo uma estrutura inorgânica e fundamentalmente mecânica.

O impasse da dicotomia da geografia, como ciência voltada para os estudos gerais ou uma ciência dirigida a estudos particulares, ou seja, como uma ciência nomotética ou ideográfica, foi objeto de reflexão de Alfred Hettner, cujo pensamento buscava um retorno a Kant. Para ele, a geografia não era nem uma ciência nomotética nem idiográfica. Era ambas. Buscando responder à questão de qual seria a essência da geografia, Hettner considerou que a essência estaria no estudo das diferenciações da superfície terrestre. Assim, afirmou a vertente corológica da disciplina geográfica, ou seja, o estudo regional.

Hettner e La Blache afirmam o estudo regional, porém com concepções de região diametralmente opostas. Enquanto para La Blache a região se evidencia na paisagem, para Hettner ela não é auto-evidente. Os limites regionais são provenientes de um exercício intelectual, uma construção intelectual do pesquisador.

Dentre as influências de Hettner cabe destacar o pensamento de Richard Hartshorne, que considera que a análise geográfica deve se voltar para o entendimento da diferenciação das áreas da superfície terrestre. Para Hartshorne, não existe um objeto particular à ciência geográfica nem tampouco fenômenos particulares à geografia, sendo de interesse da ciência geográfica todos os fenômenos que têm uma dimensão espacial. Hartshorne considera que é na apreensão das inter-relações entre os fenômenos que a diversidade da superfície terrestre é produzida. Para ele, os marcos divisórios entre as regiões decorrem das discontinuidades produzidas quando o grau de integração dos fenômenos é pequeno, podendo haver até mesmo uma região descontínua.

A crítica a Hartshorne e a todos os geógrafos influenciados pelo neokantismo foi desenvolvida, sobretudo, pelos geógrafos

influenciados pelo positivismo lógico. Com a crença na neutralidade da ciência e na consideração de que as questões metafísicas são pseudoproblemas, eles entendiam que a descrição científica, a partir de uma análise lógica, deveria apreender a estrutura do objeto e sua essência. Essa visão se traduziu na crítica aos particularismos, presentes, sobretudo, na análise regional e na busca de formulação de leis gerais relativas à distribuição das características da superfície da Terra. A preocupação centrou-se na elaboração de enunciados e normas científicas, os quais teriam sua pertinência se fossem passíveis de verificação. A busca de rigor científico e de universalidade, de homogeneização de procedimentos e de unidade, não só em relação à linguagem, mas também quanto ao método, acabou se constituindo no principal parâmetro da geografia sob a perspectiva do positivismo lógico.

Essa geografia de posição anti-historicista significou a abolição de toda idéia de processo, de gênese e de origem e a desconsideração dos marcos sociais em que se desenvolvem os fenômenos. Premissas claras, limitadas e precisas, tanto quanto objetividade nos procedimentos de investigação, e o contínuo ajuste do modelo proposto à realidade figurada eram estimados com o objetivo de garantir a demonstrabilidade das teorias e a possibilidade de estabelecer projeções futuras.

A matemática passou a fazer parte da geografia como linguagem significando que tudo o que é geográfico deve encontrar uma linguagem matemática, por assim dizer, uma expressão matemática. Imbuídos da posição de que o procedimento científico deve partir de teorias, formulando hipóteses e, em seguida, proceder à observação, esta passou a se situar no final, não no início da análise. Encaminhamento completamente diverso do que até então se fazia.

Por intermédio dos modelos matemáticos aplicados à geografia buscou-se encontrar uma ordem no real, uma lógica na organização do espaço. A possibilidade de estimar projeções e de fazer prognósticos torna-se então factível. Por isso é que, nesse momento, desvendar a ordem subjacente do espaço e estimar projeções aproximou a geografia do planejamento. Em particular, desenvolveu-se uma íntima relação entre os estudos regionais e o planeja-

mento regional. Como decorrência, a região se tornou um instrumento técnico-operacional, a partir do qual se procurou organizar o espaço.

A tradicional descrição geográfica revestiu-se de novo significado e passou a ser relacionada à classificação entendida como agrupamento de objetos em classes segundo semelhanças. Como consequência, desenvolveu-se a relação entre região e classe, já que qualquer descrição remete à necessidade de uma determinada ordem para se efetivar. A região se colocou, assim, como uma classe, sendo determinada teoricamente. Nesse sentido, regionalizar passou a significar classificar regiões.

A velha questão do determinismo geográfico ressurgiu, não tendo mais como base a discussão da relação homem meio, mas a da relação entre variáveis. O determinismo apareceu como determinismo de uma variável independente sobre as dependentes, ou seja, numa versão matemática. Por isso, esse procedimento acabou sendo reconhecido como a face científica do determinismo geográfico.

Na análise regional, utilizou-se da teoria geral dos sistemas tentando resolver várias questões, como a delimitação funcional da região, a definição da escala regional e a coesão do conteúdo regional. Menos importante era reconhecer ou determinar as regiões historicamente definidas; mais relevante era classificar as regiões, hierarquizá-las e verificar suas relações funcionais. Na linguagem geográfica, se vulgarizou a expressão subespaço para se referir à região. Os questionamentos teóricos da geografia passaram muitas vezes a se situar como modelos. A discussão começou a ser a dos modelos. Dessa forma, os impasses e os problemas advindos dos procedimentos na análise geográfica e na análise regional eram creditados à imperfeição das técnicas e dos modelos de análise.

Acima de tudo, essa perspectiva geográfica se definiu como ciência do espacial. O interesse pelas particularidades colocou-se em último plano, interessando mais as regularidades espaciais. Mas o reino do espacial foi abalado pela crítica de que não há processos espaciais sem um conteúdo social e não há causas e processos puramente espaciais. Cada vez mais começou a se desenvolver e a se afirmar a idéia de que o espaço é uma construção social e que

para entender a geografia é preciso entender a sociedade. Sociedade que parecia, cada vez mais, encoberta por mistificações, fetichizada e alienante.

As críticas à influência do positivismo lógico na geografia se avolumaram e a busca de novos caminhos significou o desenvolvimento de outras correntes do pensamento geográfico, tais como a fenomenologia e o marxismo, que, de diferentes maneiras, acentuaram a preocupação com o caráter social da geografia e conduziram à construção de novos parâmetros para o estudo regional. Uma nova geografia regional se apresentou com novas preocupações.

A fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer idéia prévia que se tenha da natureza dos objetos deve ser abolida. Acredita que toda disciplina deve questionar a essência que funda o objeto de sua investigação científica afirmando o mundo vivido como possibilidade de viver a experiência sensível e de poder simultaneamente pensá-la de forma racional. Ela chama a atenção para o fato de que é por intermédio do vivido que o indivíduo se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores. Por isso, pela compreensão racional do vivido, com sua dimensão subjetiva, distante do mundo objetivo e abstrato da ciência, é que se alcança a essência dos objetos tal como eles se apresentam na consciência. Portanto, por meio do percebido é que o homem se põe em contato com os objetos exteriores, e não do concebido, ou seja, não de idéias prévias, de idéias preconcebidas ou de conceitos elaborados. A consideração da percepção advinda das experiências vividas é tida como uma etapa metodológica importante e fundamental para o conhecimento.

Até então na geografia a única interrogação em termos comportamentais dizia respeito a como o homem era condicionado pelo meio, por isso a incorporação da subjetividade desses sujeitos na análise geográfica pode ser considerada inovadora. A influência da fenomenologia na geografia indicou que a consciência, diante de qualquer objetivação científica, é sempre uma consciência engajada, negação de qualquer imparcialidade. Além disso, ao ressaltar que a realidade social tem uma dimensão estética e fantásti-

ca, afirmou a importância da estética e do imaginário, dizendo que deveriam ser levados em conta na análise geográfica.

Com uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo, a geografia sob inspiração fenomenológica incorporou e salientou a dimensão dos valores sociais e culturais, bem como a valorização da história e do mundo vivido. Aspectos a que a geografia, no século XIX, sob a influência do romantismo, já havia chamado a atenção e que estavam sendo resgatados de um ponto de vista humanístico.

O espaço, devido a sua dimensão abstrata, deixou de ser a referência central, que passou a ser o espaço vivido, aquele que é construído a partir da percepção das pessoas. Espaço vivido e, mais do que isso, interpretado pelos indivíduos. Igualmente, espaço vivido como revelador das práticas sociais.

Considerando os objetos como fenômenos e como esses objetos aparecem na consciência, o enfoque regional começou a desenvolver novos temas. A discussão de como o espaço é percebido e quais são os significados e valores modelados pela cultura e pela estrutura social que são atribuídos ao espaço passaram a ser analisados com o objetivo de compreender o sentimento que os homens têm de pertencer a uma região. Assim, procurou-se apreender os laços afetivos que criam uma identidade regional. A identidade dos homens com a região se tornou então um problema central na geografia regional de inspiração fenomenológica.

Recuperou-se a vertente historicista da geografia, à medida que a região passou a ser considerada como um produto da história e da cultura. Por meio de induções sucessivas, procurou-se compreender como se constitui o sentimento que os homens têm de pertencer a uma determinada região. Sentimento que emana do interior e do íntimo das pessoas. A região, portanto, começou a ser vista como não constituindo uma realidade objetiva, pelo contrário, ela foi concebida como construção mental, individual, mas também submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva.

A análise regional procurou superar a investigação da dinâmica econômica ou da estrutura social da região, tentando compreen-

der como o homem se coloca em relação à região e, nesse sentido, procurando analisar os aspectos estrutural, funcional e subjetivo da região. O primeiro é relativo a como estão organizados os elementos que constituem a região; o segundo diz respeito à dinâmica regional e o terceiro interessa à relação do aspecto estrutural e funcional da região com o aspecto subjetivo, por exemplo, relacionando as imagens mentais que os homens constroem acerca do espaço vivido.

Embora a incorporação do vivido seja de suma importância para a compreensão do espaço, houve muitos obstáculos ao desenvolvimento desses aspectos revelados pela perspectiva fenomenológica da geografia regional. Isso decorreu de três ordens de fatores. O primeiro devido à geografia de inspiração fenomenológica ter de se confrontar com o positivismo lógico, que era acadêmica e socialmente reconhecido diante de sua proposta de explicação e de intervenção na realidade. O segundo decorreu do fato de ela não ter desenvolvido uma metodologia consistente, o que acabou se constituindo na sua maior fraqueza. O terceiro, ao se centrar nos atores sociais, negligenciando os aspectos naturais, acentuou a divisão entre geografia humana e geografia física, chegando, até mesmo, a rejeitar os vínculos com as ciências naturais.

Embora a geografia de influência fenomenológica tenha conhecido a crítica de ser um pensamento idealista por tratar os lugares a partir dos seus significados e do que eles representam, trouxe à luz aspectos importantes para a análise regional ao colocar em cena a discussão do percebido e do vivido.

A perspectiva marxista na geografia destacou outros aspectos da realidade, entre eles a recuperação da perspectiva histórica na análise geográfica por meio da afirmação de que a relação do homem com a natureza e com os outros homens é intrinsecamente social e histórica. Essa perspectiva histórica se traduziu em pesquisas geográficas que buscavam desvendar a gênese dos processos, conduzindo a uma série de estudos sobre a própria história da geografia.

Como propagadora de um pensamento crítico, a geografia de inspiração marxista procedeu a uma revisão interna do pensamento geográfico. De imediato, enfrentou o problema teórico-metodo-

lógico quanto ao fato de a região não se constituir numa categoria de análise marxista. Concebendo o espaço como um produto social, chamou a atenção para o fato de que a geografia havia procurado ver mais os padrões espaciais e menos a pertinência de tais padrões. Questionou o fato de a geografia se preocupar em perguntar como os processos se dão, afirmando que, além dos esforços para desvendar o “como” e o “porquê” dos processos, deveria também investigar os interesses sociais envolvidos nos processos relacionados à produção do espaço.

A perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes do pensamento geográfico, concebeu a região como parte de uma totalidade. A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica. Estava visível que essa não se constituía numa totalidade harmônica porque a preocupação, naquele momento, em denunciar as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo revelava os limites da compreensão do mundo como um todo harmônico. O mundo era percebido como uma totalidade não-harmônica, como um conjunto disjunto fazendo emergir como noção necessária para a análise a noção de diferença que se tornou central na condução das análises geográficas. Por isso que nas discussões da geografia os temas do desenvolvimento desigual e combinado e do subdesenvolvimento foram privilegiados como investigação.

Um dos aspectos mais positivos da incorporação do marxismo em relação à temática regional foi a crítica à fetichização do espaço. Essa abordagem também apontou para o quanto a reconstituição histórica pode ser reveladora para a compreensão da região em estudo. Em muitas análises, a região passou a ser vista como produto de uma divisão territorial do trabalho, tendo como referência o processo geral de produção capitalista. Isso acabou repercutindo em análises regionais nas quais as regiões apareciam como derivações de processos gerais e, em muitos casos, as características internas e particulares à região foram colocadas em segundo plano.

Também houve, indevidamente, a transferência da idéia de exploração capitalista de uma dada classe social pela outra, para a formulação de que haveria exploração de uma região por outra. Assim, mecanicamente transposta a noção de exploração para análise espacial, se traduziu no entendimento da região como sujeito social.

A geografia regional sob a inspiração marxista, a despeito de todas as falácias de uma proposta renovadora, trouxe grandes contribuições ao desenvolvimento da análise regional, tendo introduzido novas categorias de análise para o estudo regional. Essa geografia, que emergiu na crítica da sociedade moderna aos (des)caminhos do desenvolvimento capitalista e que teve sérias dificuldades para se desenvolver nos centros acadêmicos, dada a transparência de sua perspectiva política, foi facilmente, e na maioria das vezes, gratuitamente criticada quando as críticas às experiências socialistas revelaram os (des)caminhos das revoluções socialistas. Isso porque, por oportunismo, as críticas a esses (des)caminhos fizeram confundir propositadamente as propostas políticas de um mundo socialista com a proposta de uma geografia radical. O mundo já não era o mesmo, muitas utopias haviam se tornado ainda mais distantes de se transformar em realidade.

A par dessas transformações, a desconcentração produtiva e a expansão do sistema financeiro, expressas na desterritorialização da produção, significaram a reconstrução da referência espacial em que o *onde* tendeu a se tornar opaco. A relação espaço-tempo se transfigurou e criou as condições em que o pensamento pós-moderno se afirmou. Pensamento que é ao mesmo tempo difícil de caracterizar e fácil de reconhecer.⁵

O pensamento pós-moderno questionou o esforço intelectual dos modernistas que, assentados na razão, se colocaram como tarefa o desenvolvimento de uma ciência objetiva que buscava superar as irracionalidades do mito, da religião e da superstição. Modernistas que procuraram desenvolver o domínio científico da natureza e os projetos de organização racional da sociedade. Homens que acreditavam no progresso técnico e na possibilidade infinita da razão para a construção de um mundo melhor.

Com a emergência do pensamento pós-moderno, a crença nas verdades absolutas foi minada, bem como a negação de qualquer explicação fundada na concepção de totalidade e em discursos universalistas. A ênfase dada foi no heterogêneo, na diferença e na descontinuidade. Incorporou-se a dimensão da subjetividade e valorizaram-se as ilusões, procurando reaver a tradição cultural comprometida pela homogeneização e universalização encontradas na modernidade. O pensamento pós-moderno criticou a ênfase dada pelo marxismo à análise das relações sociais de produção e das classes sociais e mostrou os limites das análises do pensamento moderno que, preocupado com os processos homogeneizadores do capital, desprezaram aspectos importantes para se compreender a sociedade atual, como o racismo e o feminismo.

Importante nessa discussão é observar que o pensamento pós-moderno não rejeita a história, mas recupera uma história como tradição cultural. Essa compreensão da história conduziu as análises que a reduziram a uma representação das mentalidades e dos costumes. Buscando um sentido estético das formas, valorizou-se o aparente fazendo com que a estética se apresentasse como um novo e valorizado mito da sociedade. Segundo Lefêvre, na sociedade atual, que é ao mesmo tempo conjunta e disjunta, associada e dissociada, os fragmentos funcionais do espaço são unificados pelo estetismo, com sua doutrina baseada no estudo racional do belo, capaz de amalgamar os fragmentos espaciais.⁶

O pós-modernismo revelou novas dimensões da realidade, colocando em relevo o espaço e propondo uma nova forma de apreender a relação espaço-tempo, na qual o espaço se coloca sobredeterminante em relação ao tempo, possibilitando a ênfase na espacialidade, e não na historicidade.

Tal redimensionamento da relação espaço-tempo, por ter suas raízes na crítica ao historicismo, passou a ser referido como pós-historicismo. Longe do que possa parecer, o pós-historicismo não nega a história. O pós-historicismo procurou superar o historicismo, no sentido de superar a ênfase no tempo, mas não propôs a negação da história. Renovou o conhecimento e a própria geografia. A análise regional foi valorizada, na medida em que se procura

dar ênfase ao heterogêneo e à diferença por meio de região. Todavia, quando a análise regional incorpora a dimensão da subjetividade e a fuga às referências gerais conduz o estudo regional a cair facilmente numa atomização, em que os vínculos com os processos globais são pouco levados em consideração, produz-se uma espécie de monografia regional, que se distancia dos modelos clássicos apenas porque incorpora aspectos anteriormente ausentes.

Além desses aspectos, a perda dos vínculos com os processos globais e a obsessão pela desconstrução pós-moderna podem conduzir a uma geografia regional imbuída de uma perspectiva fragmentadora da realidade, na qual a região aparece como um espaço autônomo, bastante diferente das idéias de diferenciação e interdependência das partes de um todo. A idéia de fragmentação isolada da noção de homogeneização e hierarquização pode acabar rompendo a compreensão da realidade, que, cada vez mais, se apresenta como um conjunto disjunto, desigual e não harmônico.

A busca por novos caminhos de análise na geografia surgiu no momento em que o lugar, o regional e o global se recompuseram diante da recente reestruturação do capitalismo. Atualmente, com o processo de globalização essa reestruturação traz à tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e também o esclarecimento de sua relevância como instância particular de análise que se situa entre o local e o global.

Evidentemente, o que não se sustenta mais hoje em dia é a idéia de região nos moldes clássicos. O processo de homogeneização, longe de significar aniquilamento da região, significa fragmentação e também diferenciação regional. Tanto é que os movimentos regionalistas emergem como força política no momento em que o processo de globalização procura açambarcar e homogeneizar todo o espaço. O movimento regionalista nega o nacional, podendo se fechar em sua particularidade, e se coloca com um sentido totalmente inverso de outrora, quando afirmar a identidade regional era afirmar a identidade nacional, pois a construção do sentimento de pertencer a uma região integrada num todo harmônico, sob a direção do Estado, afirmava o sentimento nacionalista. Sinais de outros tempos: o regionalismo nega o nacional e a identidade

nacional num contexto em que o nacional, que se dilui no bojo do processo de globalização, nega o regional.

CONCLUSÃO

De maneira geral, podemos dizer que no desenvolvimento do pensamento geográfico há dois grandes marcos de interpretação acerca do objeto da geografia. O primeiro entende que a geografia estuda a relação do homem com o meio e o segundo a concebe como um campo de conhecimento particular voltado para o estudo das diferenciações das áreas. Essas duas orientações gerais implicam concepções diferentes de região. Na primeira perspectiva, referida, muitas vezes, como ambientalista, a região existe em si mesma, ou seja, ela é auto-evidente e cabe ao pesquisador reconhecê-la por meio de análises. A região, portanto, se coloca como objeto de estudo *a priori*. No segundo caso, a região não existe por si mesma, ela não é objeto de estudo no sentido restrito do termo, pois ela se conforma no final do processo de investigação, processo esse que constrói o recorte espacial por meio de elaboração de critérios definidos no processo de investigação.

O interessante é que nesses dois grandes marcos teóricos o enfoque regional se apresenta como a possibilidade de realizar a unidade da geografia decorrente da falácia crescente entre geografia física e humana. Na perspectiva ambientalista, os aspectos que interessam à natureza e à sociedade são reunidos no estudo regional e é por meio dele que a geografia se coloca como uma ciência de síntese. Na perspectiva corológica, as diferenciações das áreas são vistas pela inter-relação de fenômenos físicos e naturais e a geografia toma sentido e mantém sua unidade por meio do estudo corológico.

No primeiro caso, em que a região é auto-evidente e considerada um objeto *a priori*, os recortes espaciais, ou seja, as regionalizações, também são auto-evidentes e a pesquisa deve revelá-las reconhecendo seu determinismo. Nesse caso, o espaço é concebido como um mosaico de regiões determinadas. No segundo caso,

as regionalizações são produtos de inter-relações de fenômenos que o pesquisador seleciona, conformando-se a região no final do processo de investigação.

Analisando de um outro ângulo essa questão da regionalização, independentemente de a questão da região se colocar como auto-evidente ou como produto final da investigação, podemos perceber que o procedimento de regionalizar teve referências variadas. Primeiramente, as regionalizações se identificaram com a administração territorial e política. Em seguida, o critério natural foi o mais relevante para a elaboração de regionalizações. Com a percepção de que a natureza não seria a única determinante na conformação regional, foram concebidas propostas baseadas no critério econômico e em outros critérios. A título de lembrança e de exemplo, podemos mencionar a identidade posta entre região e espaço vivido e a compreensão da regionalização como produto da divisão territorial do trabalho.

É importante deixar bem claro que as perspectivas acerca da noção de região não são falsas nem verdadeiras. Apenas imbuídos de uma perspectiva metafísica é que poderíamos estar procurando verdades absolutas, eternas e definitivas, aprovando e reprovando, de forma absoluta, determinadas correntes de pensamento. Tão-somente de uma perspectiva abstrata é que se poderia aprovar ou recriminar, em absoluto, as correntes de pensamento presentes no desenvolvimento da geografia regional, como se cada uma dessas correntes fosse inteiramente falsa ou verdadeira.

Diante da demonstração de pertinência da discussão que procuramos desenvolver, ou seja, diante da percepção de quanto pode ser reveladora a análise regional, torna-se quase um mistério saber por que o tema região parece estar tão obscurecido. Enfim, por que a geografia regional estaria fora de moda? Acreditamos que essa situação decorre de quatro fatores fundamentais. O primeiro é que, nos dias atuais, a realidade aparece, cada vez mais, como homogênea e indistinta, fazendo com que as diferenças pareçam anuladas. Dada essa aparência, a região parece se diluir imersa no homogêneo. Contudo, trata-se apenas de uma aparência, pois nas fissuras

dessa homogeneidade emergem as diferenças, cujo exemplo mais agudo são os regionalismos que surgem como força política.

Um outro aspecto é que a noção de região, até recentemente, estava bastante vinculada à de planejamento e, como houve uma desmontagem dos planos de desenvolvimento regional, associou-se um descrédito à noção de região. Nesse caso, houve confusão entre a instrumentalização da noção de região com a noção em si mesma. Como categoria de análise geográfica, ao se colocar como instrumento para a elaboração desses planos e na medida em que esses planos se tornaram desacreditados, por decorrência, a região também acabou sendo desconsiderada. Em outras palavras, o descrédito decorrente da instrumentalização da noção de região se transferiu, como fruto de uma impropriedade teórica e metodológica, para a própria noção.

Em terceiro lugar, a multiplicidade de estudos regionais que se repetiam tornou o estudo regional uma monotonia, salvo pelo objeto de investigação que se deslocava, numa repetição enfadonha de formulações teóricas e metodológicas banalizadas, chegando a se transformar em estudos sem criatividade, muito embora tenham méritos científicos.

Por último, e o que nos parece mais relevante, a discussão a respeito da noção de região coloca, claramente, a questão da unidade da disciplina geográfica. Nada há que não seja herança, ou seja, produto histórico de determinadas condições sociais. Já não se trata mais de perguntar, outra vez, se a geografia é uma ciência, mas de renovar a pergunta de como se determina a sua unidade. Convém lembrar que, em grande parte, as questões da crise e da sua unidade como ciência ressurgiram no momento em que a geografia foi colocada como uma ciência social. O que foi esquecido é que a geografia, embora se constitua num conhecimento que se coloca no âmbito da ciência social, difere da teoria social, na medida em que considera os aspectos da natureza para a construção da compreensão da realidade.

A geografia regional vista como ciência social, sem atentar para sua especificidade que incorpora a dimensão da natureza, acabou sendo negada como forma de se esquivar ao problema da

unidade da geografia. Em outros termos, a especificidade da geografia, ao ser esquecida, acabou conduzindo ao enfraquecimento da noção de região. Substituiu-se região por território, e assim a referência privilegiada passou a ser o território, com sua dimensão francamente política que não resvalava pela difícil questão da disciplina.

Desde que a geografia deixou de ser considerada uma ciência de síntese, a perspectiva regional não pôde mais ser considerada uma solução para os impasses teóricos da disciplina. Na nossa opinião, a emancipação da geografia, prisioneira da palavra região, significou o abandono e a desconsideração de importantes questões teóricas que agora se recolocam para a ciência geográfica.

Apesar dessas dificuldades ou mais especificamente quanto à perda de importância da geografia regional, o estudo regional se constitui num dos campos mais importantes para o avanço do conhecimento geográfico. A noção de região encontra consenso e reconhecimento por estar inserida nos estudos regionais, por isso é disputada pelas mais diversas disciplinas. Tanto que não há lugar, escola ou universidade, onde esteja presente uma preocupação geográfica, em que não existam disciplinas voltadas para o estudo regional, mesmo como um complemento interdisciplinar. Defendemos aqui a posição de que embora a temática da região possa ser interdisciplinar, a geografia regional constitui um campo disciplinar particular da geografia.

Imbuídos dessas preocupações é que nos motivamos a analisar a relação entre região e geografia, tecendo algumas considerações que contribuem para a compreensão do desenvolvimento da geografia regional. Em nossa opinião, é no desenvolvimento histórico de uma disciplina que se constrói sua teoria. Esse ponto de vista nos permitiu revelar que desde a preocupação geográfica da Antiguidade há uma continuidade na formação de métodos e sistematizações do conhecimento geográfico com interesse na análise regional.

A noção de região é relevante para a compreensão do recorte espacial e se constitui numa categoria de análise própria da geografia. Como outras noções próprias da geografia, contém a possibilidade de revitalizar e renovar o pensamento geográfico.

NOTAS

1. Nesse sentido, é um continuador de Homero, tanto que sua revisão crítica do conhecimento geográfico parte da obra desse autor; mas, como Erastótenes, seus textos estão despidos de mitologia, centrando-se mais em fatos concretos.
2. É importante lembrar que as bases do pensamento idealista encontram-se em Kant, que afirmou a particularidade do espaço geográfico por este ser dividido em regiões. Kant dizia que as regiões constituem o substrato da história dos homens.
3. Vidal de La Blache, *apud* José Estébanez, *Tendencias y problemática actual de la geografía*. Madri: Editorial Cincel, 1983. 2ª ed. p. 58.
4. GRAHAM, Julie. *Post Modernism and Marxism*. Antipode, 20:1, 1988, p. 61.
5. LEFÈBVRE, Henri. *L'Espace*. In: *Le Droit à la Ville (suive de) Espace et Politique*. Paris: Ed. Anthropos, 1972, p. 176.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958.
- CARLOS, Ana Fani A. e PINTAUDI, Silvana M. Cidade do Comércio. In: MEDINA, Cremilda (org.) *Vamos ao centro*. São Paulo: CIE/ECA/USP, 1994, pp.151-155.
- FOCILLON, Henri. *A vida das formas*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LEFRÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- . *Le matérialisme dialectique*. Paris: PUF, 1990.
- . *La presencia y la ausencia — contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *Pour l'amour des villes*. Paris: Textuel, 1997.
- OLIVEIRA, Bernardete A. C. de Castro e MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A teoria das formas em Lefèbvre. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefèbvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 99-107.
- ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. *As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil*. Rio Claro: Unesp, 1996, p.180. Dissertação (Mestrado em geografia — Organização do espaço). IGCE, Unesp, 1996.
- PINTAUDI, Silvana M. *Os supermercados na Grande São Paulo — contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista nas grandes metrópoles*. São Paulo: USP, 1981. p. 108. Dissertação (Mestrado em geografia humana). FFLCH-USP, 1981.
- . *O templo da mercadoria — estudo sobre os shopping centers do Estado de São Paulo*. São Paulo: USP, 1989, p.156. Tese (Doutorado em geografia humana). FFLCH-USP, 1989.
- . e FRÚGORI JUNIOR, Heitor. *ShoppingCenters — espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Unesp, 1992.
- RONCAYOLO, Marcel. *Les grammaires d'une ville*. Paris: EHESS, 1996.